

Destinatários:

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

246 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 14 a 21 de julho de 2025

1. QUADRO FINANCEIRO PLURIANUAL PÓS-2028	1
Proposta da Comissão Europeia	1
Reações do PE - grupos políticos e correlatores	3
Estados-Membros	5
Análises	5
2. PARLAMENTO EUROPEU	7
PE quer reformas profundas após as eleições europeias de 2024	7
PE saúda código de conduta para IA de uso geral, mas exige fiscalização rigorosa	8
3. REUNIÕES DO CONSELHO	8
4. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	8
Conselho Europeu	8
Parlamento Europeu	8
Comissão Europeia	8
Conselho da UE	8

1. QUADRO FINANCEIRO PLURIANUAL PÓS-2028

Proposta da Comissão Europeia

A Comissão Europeia apresentou em 16 de julho de 2025 a sua **proposta para o próximo Quadro Financeiro Plurianual (QFP) da União Europeia**, que abrangerá o período de 2028 a 2034 (detalhe [aqui](#)). Este orçamento é descrito como “ambicioso e dinâmico”, ascendendo a quase 2 mil milhões de euros, o equivalente a **1,26% do rendimento nacional bruto da UE em média anual**. A presidente Ursula von der Leyen declarou: «*O nosso novo orçamento de longo prazo ajudará a proteger os cidadãos europeus, a reforçar o modelo social europeu e a fazer prosperar a nossa indústria europeia. Num momento de instabilidade geopolítica, o orçamento permitirá à Europa moldar o seu próprio destino, em consonância com a sua visão e os seus ideais*».

Principais características da proposta para um novo QFP 2028-2034:

- **Flexibilidade acrescida** para permitir uma resposta rápida a alterações imprevistas e novas prioridades.
 - **Simplificação e harmonização dos programas financeiros**, facilitando o acesso de cidadãos e empresas ao financiamento.
 - **Orçamento adaptado às necessidades locais** com planos de parceria nacionais e regionais, assegurando maior coesão económica, social e territorial.
 - **Reforço da competitividade europeia** através da garantia de cadeias de abastecimento seguras e da liderança em tecnologias limpas e inteligentes.
 - **Pacote equilibrado de novos recursos próprios**, gerando 58,5 mil milhões de euros anuais, para aliviar as finanças nacionais.
- ***Investimento nas pessoas, Estados-Membros e regiões***

A Comissão propõe um **modelo de financiamento mais simples e orientado para resultados**, com planos únicos por Estado-Membro que integram todos os apoios, desde os trabalhadores aos agricultores, das cidades às zonas rurais. Estes planos deverão:

- Promover a convergência e reduzir as disparidades regionais.
- Ter um montante mínimo obrigatório para regiões menos desenvolvidas.
- Incluir apoio circunscrito ao rendimento dos agricultores e pescadores, associado a medidas ambientais e de gestão de riscos.
- Reservar 14% das dotações nacionais para reformas que reforcem competências, combatam a pobreza e promovam a inclusão social e as zonas rurais.

Será também reforçado o **controlo do respeito pelo Estado de direito**, através do Regulamento Condicionalidade e de salvaguardas adicionais nos planos de parceria. A transparência será aumentada com a publicação centralizada de dados sobre os beneficiários dos fundos da UE.

- ***Educação, valores democráticos e cultura***

O investimento em competências será potenciado através de um **Erasmus+ reforçado**, consolidando a União das Competências. O programa **AgoraEU** promoverá valores como a democracia, igualdade e Estado de direito, apoiando igualmente a diversidade cultural, os meios de comunicação social e a participação cívica.

- ***Competitividade, investigação e inovação***

O novo **Fundo Europeu de Competitividade** será dotado de 409 mil milhões de euros, destinado a:

- Transição limpa e descarbonização.
- Transição digital.
- Saúde, biotecnologia, agricultura e bioeconomia.
- Defesa e espaço.

Este fundo trabalhará articulado com o programa **Horizonte Europa** (175 mil milhões de euros), financiando a inovação desde a conceção à expansão dos projetos.

- ***Preparação, resiliência e segurança***

Para reforçar a preparação da Europa face a crises, será criado um **mecanismo específico de crise com 400 mil milhões de euros em empréstimos**, complementado por investimentos nos planos de parceria e por uma reserva agrícola para estabilizar mercados. O **Fundo de Competitividade** promoverá ainda a autonomia estratégica da UE em setores críticos.

- ***União Europeia da Defesa***

O orçamento aloca **131 mil milhões de euros** para defesa, segurança e espaço, um valor cinco vezes superior ao QFP anterior. Está previsto:

- Reforço da mobilidade militar no Mecanismo Interligar a Europa.
- Grande impulso na cibersegurança, infraestruturas e defesa.
- 74 mil milhões de euros para migração, fronteiras externas e segurança interna, triplicando o financiamento anterior.

- ***Ação externa e parcerias***

O instrumento **Europa Global** contará com 200 mil milhões de euros, reforçando o apoio a países candidatos e dispondo de uma reserva de 15 mil milhões para crises emergentes. Para a Ucrânia, estão previstos **100 mil milhões de euros**, com flexibilidade para responder às necessidades. A Política Externa e de Segurança Comum será financiada com **3,4 mil milhões de euros**.

- ***Novos recursos próprios***

A Comissão propõe cinco novos recursos próprios para financiar as prioridades e reembolsar o **NextGenerationEU**:

- **Receitas do Regime de Comércio de Licenças de Emissão (CELE):** 9,6 mil milhões €/ano.
- **Mecanismo de Ajustamento Carbónico Fronteiriço (MACF):** 1,4 mil milhões €/ano.
- **Taxa sobre resíduos eletrónicos não recolhidos:** 15 mil milhões €/ano.
- **Imposto especial sobre o tabaco:** 11,2 mil milhões €/ano.
- **Contribuição anual das grandes empresas (CORE):** 6,8 mil milhões €/ano.

Estes recursos deverão gerar globalmente **58,5 mil milhões de euros por ano**.

- *Próximas etapas*

O futuro QFP e o novo sistema de receitas da UE serão discutidos pelos Estados-Membros no Conselho e carecem de unanimidade, após aprovação do Parlamento Europeu. Para mais informações:

- Perguntas & Respostas: https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/QANDA_25_1848
- Próximo QFP: https://commission.europa.eu/2028-2034-eu-budget-stronger-europe_en
- Orçamento da UE: https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/eu-budget_en
- NextGenerationEU: https://next-generation-eu.europa.eu/index_es.

Reações do PE - grupos políticos e correlatores

- *Declaração dos Grupos Políticos*

Na sequência da apresentação pela Comissão Europeia da sua proposta para o próximo QFP para o período 2028-2034, os líderes dos principais grupos políticos do **Parlamento Europeu — Partido Popular Europeu (PPE), Socialistas e Democratas (S&D), Renew Europe e Verdes/ALE** — reagiram prontamente com uma **declaração conjunta**, estabelecendo o tom político do arranque das negociações sobre o futuro orçamento de longo prazo da União Europeia (declaração disponível [aqui](#)).

Os líderes dos grupos tomaram nota das propostas da Comissão e saudaram o facto de algumas das preocupações expressas pelo Parlamento terem sido acolhidas, nomeadamente o afastamento parcial de planos que anteriormente suscitavam reservas. Contudo, frisaram que o contexto internacional obriga a uma ambição acrescida. Vivendo-se um momento de «*incerteza e instabilidade, com a guerra a assolar o nosso continente*», e perante desafios globais que vão do clima à biodiversidade, da segurança global à gestão migratória, da crise industrial à erosão do Estado de direito, a União Europeia não pode ficar aquém do necessário. Como sublinharam os líderes parlamentares, «*estes desafios são demasiado grandes para serem enfrentados por qualquer país isoladamente. Só podemos ter sucesso se partilharmos recursos e agirmos juntos*».

Esta perspetiva coletiva reforça a importância de um orçamento forte, à altura das expectativas dos cidadãos europeus. «*Os nossos cidadãos esperam que a União Europeia faça mais para resolver os seus problemas e melhorar as suas vidas*», afirmaram, defendendo um QFP mais ambicioso e robusto que o atual (2021-2027), com mais recursos e capacidade interna de resposta a crises, salvaguardando sempre que o reembolso dos empréstimos do NextGenerationEU não comprometa o financiamento das políticas europeias.

O PE reivindica que «*o próximo QFP deve estar sujeito a um controlo parlamentar pleno e salvaguardar o papel do Parlamento como co-legislador, autoridade orçamental e de quitação*». Os líderes expressaram ainda **preocupações** específicas quanto aos “**Planos de Parceria Nacionais e Regionais**” propostos pela Comissão, criticando o seu desenho atual, que poderá reduzir a dimensão europeia das políticas públicas e favorecer tendências de renacionalização das políticas emblemáticas da União.

O respeito pelos valores fundacionais da União Europeia — democracia, Estado de direito e direitos fundamentais — foi outra pedra angular da declaração. Os líderes reiteraram que estes princípios devem permanecer como **condição indispensável para o acesso aos fundos europeus**, em consonância com o que está estabelecido na Carta dos Direitos Fundamentais e no artigo 2.º do Tratado da União Europeia. Neste sentido, reforçaram o apoio à criação de novos recursos próprios para a União, que garantam o financiamento das prioridades futuras e o reembolso do NextGenerationEU sem sacrificar políticas existentes.

- **Reação dos correlatores**

Os correlatores do Parlamento Europeu para o próximo Quadro Financeiro Plurianual (QFP) e para os recursos próprios manifestaram, numa declaração conjunta de 17 de julho de 2025, sérias reservas em relação à proposta orçamental apresentada pela Comissão Europeia. **Siegfried Mureşan (PPE, Roménia), Carla Tavares (S&D, Portugal), Sandra Gómez López (S&D, Espanha) e Danuše Nerudová (PPE, Chéquia)** alertaram que o limite máximo de despesas fixado em 1,26% do rendimento nacional bruto (RNB) da União implicará inevitavelmente cortes em programas emblemáticos da UE e comprometerá a sua capacidade de enfrentar os desafios atuais e futuro (detalhe [aqui](#)).

Para os correlatores do QFP, a proposta da Comissão peca por uma evidente falta de ambição. Com apenas 1,26% do RNB — dos quais 0,11% seriam destinados ao reembolso do NextGenerationEU —, e considerando a inflação, «a UE permanecerá parada». A crítica é clara: este orçamento representa um congelamento dos investimentos e das despesas em termos reais, o que contradiz o próprio discurso da Comissão sobre a necessidade de evitar o status quo. *«Seja como for, o que temos é um congelamento dos investimentos e das despesas em termos reais – e ainda o reembolso dos empréstimos contraídos no âmbito do NextGenerationEU. É o status quo, que a Comissão sempre insistiu que não é uma opção»*, alertaram.

Siegfried Mureşan sublinhou que *«o atual QFP demonstrou claramente os riscos de colocar o reembolso dos juros do NextGenerationEU lado a lado com os orçamentos dos programas. Coloca uma enorme pressão sobre as prioridades fundamentais e conduz a cortes»*. Carla Tavares reforçou esta posição ao afirmar: *«Não permitiremos que o financiamento das nossas principais prioridades seja comprometido pelo reembolso do NextGenerationEU»*.

Principais programas em risco: Os Deputados manifestaram ainda preocupação com a proposta de reorganizar os financiamentos europeus em grandes fundos globais, o que pode colocar em risco programas bem-sucedidos que têm gerado benefícios concretos para os cidadãos. Carla Tavares lembrou que *«a UE assenta na solidariedade e na coesão económica, social e territorial»* e que *«a convergência ascendente é um fator determinante do projeto da UE»*.

O PE critica igualmente a possibilidade de enfraquecimento do papel das autoridades locais e regionais na gestão dos fundos europeus, alertando para o perigo de colocar agricultores contra regiões ou regiões contra governos nacionais. Como destacou Siegfried Mureşan: *«Não aprovaremos um orçamento que promova planos nacionais fragmentados sem qualquer ligação com os objetivos europeus. A Europa precisa de uma visão partilhada – e não de 27 listas de compras separadas. Um verdadeiro orçamento da UE não pode ser reduzido ao mínimo denominador comum das preferências nacionais»*.

Outro ponto de alarme é o potencial enfraquecimento do controlo democrático. Os correlatores manifestaram-se *«muito alarmados com elementos da proposta que poderiam pôr de lado o papel do Parlamento Europeu, a única instituição eleita por sufrágio direto, enquanto colegislador, com autoridade orçamental e com autoridade de quitação»*. Carla Tavares reforçou que *«o orçamento proposto deve ser transparente e garantir que o Parlamento mantém todas as prerrogativas em matéria de afetação e acompanhamento do orçamento, apoiado por uma estrutura orçamental pormenorizada que permita uma supervisão significativa»*.

Recursos próprios: um passo necessário

Do lado das receitas, Sandra Gómez López e Danuše Nerudová saudaram o esforço da Comissão em desbloquear o impasse relativo aos recursos próprios, propondo novas fontes de financiamento. Para as relatoras, *«os Estados-Membros não têm agora qualquer desculpa para não chegarem a acordo sobre novas fontes de receitas»*. Reforçaram que *«sem uma base de receitas forte e diversificada — incluindo novos recursos próprios genuínos que não concorram com os orçamentos nacionais — a UE não terá os fundos de que precisa»*.

Importa dar nota de que, em matéria de recursos próprios (texto da proposta [aqui](#)), a ideia que tem suscitado mais reações é a da **contribuição anual das grandes empresas (notícia detalhada [aqui](#))**. A proposta, que visa gerar 6,8 mil milhões de euros anuais para financiar o orçamento europeu e reembolsar a dívida do NextGenerationEU, seria cobrado a empresas independentemente de terem lucro ou não, através de uma taxa fixa: 100 mil euros para faturações entre 100 e 250 milhões, até um máximo de 750 mil euros para empresas com receitas acima de 750 milhões. «É provavelmente a pior opção», comentou Zsolt Darvas, do think tank Bruegel, criticando o carácter regressivo da medida, que trata igualmente empresas com condições financeiras muito distintas. O imposto foi amplamente rejeitado por Estados-membros como Alemanha e Países Baixos, que recusam qualquer base legal para uma taxa europeia sobre empresas. «Não há qualquer hipótese da União Europeia tributar empresas», afirmou Friedrich Merz, Chanceler federal alemão (notícia [aqui](#)).

Estados-Membros

A proposta da Comissão Europeia para o próximo orçamento de longo prazo da UE (2028-2034) também gerou reações díspares entre os Estados-membros. Segundo o *Político* ([aqui](#)), a **Polónia destacou-se como o maior beneficiário dos novos Planos de Parceria Nacionais e Regionais**, que concentram 865 mil milhões de euros e fundem fundos agrícolas, regionais e de migração. Varsóvia deverá receber 123,3 mil milhões de euros, mais 30 mil milhões do que França, o segundo país mais beneficiado. O comissário do Orçamento, Piotr Serafin, e o ministro polaco dos Assuntos Europeus, Adam Słapka, deram nota deste facto num vídeo em frente à sede da Comissão, declarando que «a Polónia será o maior beneficiário do maior orçamento da história da UE».

Em contraste, Hungria e Alemanha reagiram com hostilidade. Viktor Orbán rejeitou veementemente o orçamento, apelidando-o de «resgate à Ucrânia» e garantindo que «nunca o apoiará». Já o governo alemão criticou o montante total do orçamento, considerando-o «inaceitável» em tempos de contenção fiscal, com o ministro das Finanças Lars Klingbeil a sublinhar que «devemos manter absoluta proporcionalidade nas finanças». Berlim, que deverá receber 68,4 mil milhões de euros, é o maior contribuinte líquido da UE.

Análises

O *Euractiv* publicou uma análise muito completa das primeiras ideias deste QFP, disponível [aqui](#). Ali, refere-se que “A Comissão Europeia apresentou o maior orçamento de longo prazo da história da União, com um Quadro Financeiro Plurianual (QFP) de 2028-2034 avaliado em 1,98 biliões de euros, equivalente a 1,26% do rendimento nacional bruto (RNB) do bloco, bem acima dos 1,05% atuais. A Comissão propôs também uma transformação profunda da arquitetura do orçamento: a fusão da Política Agrícola Comum (PAC) e da Política de Coesão em 27 planos de parceria nacionais e regionais, num total de 865 mil milhões de euros, menos de metade do orçamento total. Esta reformulação inclui um corte controverso de 30% nos apoios agrícolas, o que já gerou protestos de agricultores em Bruxelas (notícia do *Político* [aqui](#)). Em termos de desagregação setorial, o orçamento propõe:

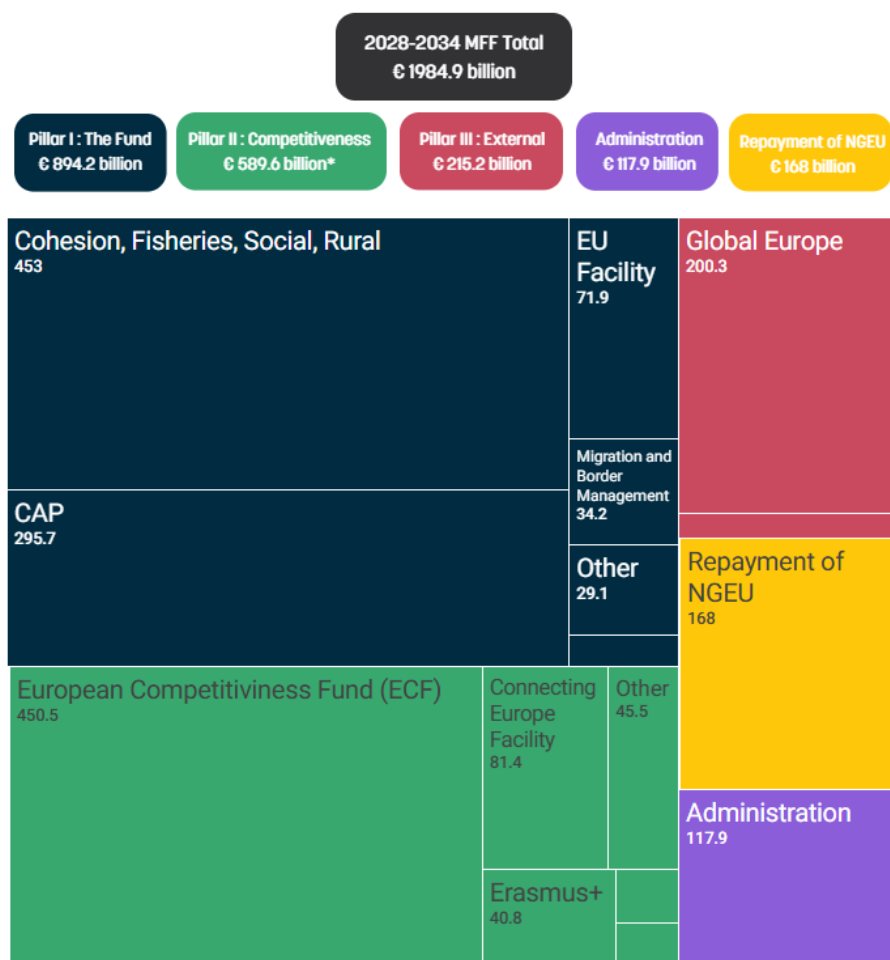
- **Competitividade:** 589 mil milhões de euros (+411 mil milhões face ao anterior QFP), incluindo um aumento de 60 mil milhões para o Connecting Europe Facility (infraestruturas de energia e transportes) e um reforço de 79 mil milhões para o Horizon Europe.
- **Política Externa:** 215 mil milhões de euros, mais 94 mil milhões do que no orçamento atual.
- **Agricultura (PAC):** 302 mil milhões de euros, incluindo um buffer de 6 mil milhões do Europe Facility, representando um corte de 28% face ao atual (menos 119 mil milhões).
- **Coesão:** 453 mil milhões de euros, um aumento nominal de 28 mil milhões, mas que na prática poderá ser inferior, dado que parte do financiamento servirá para substituir fundos regionais da PAC e apoiar

outras áreas como a pesca. Apenas 218 mil milhões estarão especificamente reservados para as regiões mais pobres.

Em contrapartida, o setor agrícola será um dos grandes sacrificados: a PAC verá o seu financiamento reduzido para 302 mil milhões de euros, uma quebra de 28% (119 mil milhões) face ao orçamento atual, mesmo considerando um reforço de 6 mil milhões de euros do *Europe Facility*. A política de coesão contará com 453 mil milhões de euros, um aumento nominal de 28 mil milhões, mas que na prática poderá traduzir-se num corte, uma vez que esta verba incluirá também o financiamento para os pescadores e outras áreas antes financiadas pela componente regional da PAC. Apenas 218 mil milhões de euros estarão especificamente reservados para apoiar as regiões mais pobres, suscitando dúvidas sobre a manutenção dos objetivos de coesão económica, social e territorial no novo quadro financeiro.

What the next MFF looks like

Breakdown of the newly presented 2028-2034 MFF budget (numbers in current prices, expressed in billions of euros).



*Note: €589.6 billion is the Commission's number for Pillar II (Competitiveness), but the programmes listed under it amount to €637 billion. €41.2 billion of the ECF is funded through the Innovation Fund.

O investimento na **competitividade** será substancialmente reforçado, com 589 mil milhões de euros, um aumento efetivo de 411 mil milhões face ao orçamento atual. O novo **Fundo Europeu de Competitividade (ECF)** receberá 410 mil milhões de euros diretamente do orçamento, aos quais se somam 41 mil milhões provenientes do Fundo de Inovação financiado pelas taxas de carbono do EU ETS (comércio de emissões). Este

fundo integrará até doze iniciativas diferentes para revitalizar a indústria europeia e reforçar a sua posição face aos Estados Unidos e à China. O programa *Horizon Europe*, com 175 mil milhões de euros, será também incluído neste esforço, apesar das promessas iniciais de manter a sua autonomia. O segundo grande pilar será o Fundo Europa Global, com 200 mil milhões de euros para a política externa, alargamento e iniciativas diplomáticas. Fora do orçamento, a Comissão propõe ainda um fundo específico de 100 mil milhões de euros para apoiar a Ucrânia, com mecanismos de empréstimo para garantir flexibilidade adicional.

An insight into the main pillars

Breakdown of The Fund (Pillar I) and Competitiveness (Pillar II) of the MFF budget (numbers in current prices, expressed in billions of euros).

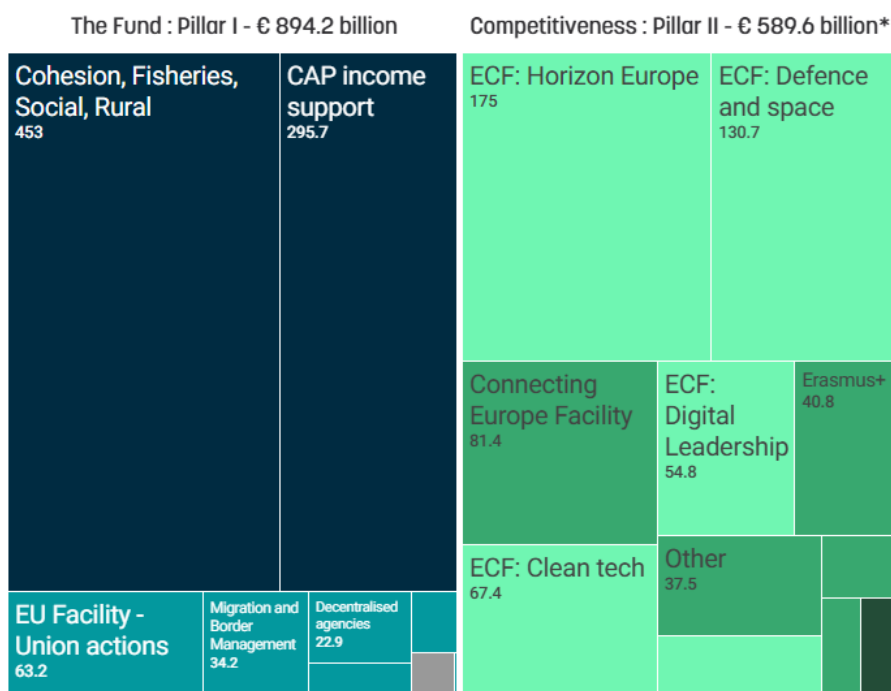


Chart: Miriam Sáenz de Tejada • Source: [European Commission](#)

2. PARLAMENTO EUROPEU

PE quer reformas profundas após as eleições europeias de 2024

A Comissão dos Assuntos Constitucionais do Parlamento Europeu destaca lições importantes das eleições de 2024, marcadas por uma participação de 50,74% — o nível mais alto em 25 anos — mas que revelou ainda desafios estruturais. Persistem desigualdades na participação entre Estados-membros, especialmente entre jovens, cidadãos vulneráveis e os 11 milhões de cidadãos móveis da UE que enfrentam barreiras administrativas (detalhe [aqui](#)). Os Deputados apelam a uma reforma do sistema eleitoral europeu, incluindo a fixação de um dia comum de votação e regras uniformes para a idade de voto. Reafirmam também o apoio ao processo de Spitzenkandidaten, para reforçar a ligação entre os eleitores e a escolha da liderança da Comissão Europeia. Acolhem ainda as novas regras para partidos e fundações políticas europeias, que visam aumentar a transparência e limitar as doações políticas, com um apelo a que todos os Estados-membros implementem um bloqueio total a contribuições estrangeiras ([Euractiv](#)). O relatório deverá ser votado na sessão plenária de setembro, em Estrasburgo.

PE saúda código de conduta para IA de uso geral, mas exige fiscalização rigorosa

Os copresidentes do Grupo de Trabalho do PE sobre a Aplicação e Fiscalização do AI Act, Brando Benifei (S&D, Itália) e Michael McNamara (Renew, Irlanda), saudaram a finalização do novo código de conduta para modelos de inteligência artificial de propósito geral (GPAI), considerando-o «*uma primeira camada necessária de salvaguardas*» para assegurar o cumprimento do AI Act (detalhe [aqui](#) e na Síntese n.º 245, [aqui](#)). «*Reconhecemos os desafios de desenvolver este enquadramento num ambiente de alta pressão, moldado por intenso lobbying e tensões geopolíticas*», declararam os Deputados, sublinhando que o compromisso alcançado reflete um equilíbrio entre as exigências da indústria e as preocupações da sociedade civil.

Apesar do carácter voluntário da adesão, os Deputados instaram todos os fornecedores de GPAI a assinarem e aplicarem integralmente o código, alertando que «*o compromisso voluntário não pode ser um gesto simbólico – tem de ter impacto real*».

3. REUNIÕES DO CONSELHO

Tiveram lugar as seguintes reuniões: 14 de julho - [Conselho \(Agricultura e Pescas\)](#), [Conselho dos Negócios Estrangeiros \(Comércio\)](#); 15 de julho - [Conselho dos Negócios Estrangeiros](#); 16 e 17 de julho - [Reunião informal dos ministros da Investigação e dos ministros do Mercado Interno e da Indústria](#).

4. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Conselho Europeu

A agenda do Presidente desta instituição, António Costa, está disponível [aqui](#).

Parlamento Europeu

O PE retoma a sua atividade no dia 25 de agosto.

Comissão Europeia

A [próxima reunião](#) terá lugar a [3 de setembro](#), destacando-se as propostas complementares sobre o **Quadro Financeiro Plurianual pós-2027**.

Conselho da UE

O [calendário](#) está disponível e terão lugar as seguintes reuniões: 22 e 23 de julho - [Reunião informal dos ministros da Justiça e Assuntos Internos](#); e a [Cimeira UE-Japão](#); 24 de julho - [Cimeira UE-China](#).

Lisboa | 21 de julho de 2025

Para mais informações: [Bruno Dias Pinheiro](#), Representante Permanente da AR junto da UE.

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#) (ARNet) ou [aqui](#).